

ESTUDO DE CASO DE ‘MERCADO AUTO-REGULADO’: NORMAS VOLUNTÁRIAS E QUALIDADE DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA ORGÂNICA¹

Marie-France GARCIA PARPET²

RESUMO: O objetivo desse artigo é examinar a regulação dos mercados por normas voluntárias e de observar como a lógica mercantil é introduzida no âmbito das relações que ela pretende regular, a partir do espaço da certificação dos produtos orgânicos aos quais se atribui um selo de qualidade. O texto constitui uma exemplificação da regressão da regulação realizada pelo Estado das regras de produção, em prol de um aumento da fixação de padrões de qualidade por entidades privadas que, com frequência, exercem suas atividades para além das fronteiras nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Regulação econômica. Neoliberalismo. Certificação. Produtos orgânicos. Sociologia dos mercados.

Introdução

O objetivo desse artigo é examinar a regulação dos mercados por normas voluntárias e de observar como a lógica mercantil se introduz no próprio âmbito das relações que ela pretende regular, a partir do espaço da certificação dos produtos orgânicos a que se atribui um selo de qualidade. A regulação, pelo Estado (leis, regulamentos), das regras de produção e sobre as formas de entrada no mercado, está regredindo nitidamente em prol de um aumento da fixação de padrões de qualidade por entidades privadas que, com frequência, exerce suas atividades para além das fronteiras nacionais, o que reforça o interesse da análise desse tipo de regulação econômica *sui generis* (BARTLEY, 2007; DJAMA, 2006.; FOUILLEUX, 2010, JAFFE; KENSON, 2004).

¹ Tradução de Cristina Seixas de Almeida Prado; revisão da própria autora.

² Pesquisadora do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA), RITME/INRA, 65 bd de Brandebourg, Ivry/Seine, 94205. Centre de sociologie européenne et de sciences politiques (École des Hautes Études en Sciences Sociales) - Avenue de France – Paris - 190-198 - 75244 - mfcgarcia@aol.com

No caso das leis ou dos regulamentos, a vontade política se expressa através do voto que habilita o legislador a enquadrar a produção e as transações. As sanções que, em parte, contribuem para tornar a lei efetiva (LASCOUMES; SEVERIN, 1986), são pensadas e gerenciadas pelos poderes públicos em nome do interesse geral. A institucionalização das normas voluntárias se apresenta de uma maneira bem diferente. As escolhas políticas não são feitas nem no mesmo nível, nem da mesma maneira: no caso dos produtos da agricultura orgânica, embora haja um conjunto de especificações legitimadas pelo Estado e pela Comunidade Européia, são os produtores que optam pela certificação e que suportam o custo econômico e simbólico da operação. Como essas normas são vistas pelos produtores? Como estes se apropriam delas? A criação de novas normas depende de uma vontade militante ou de uma estratégia para constituir mercados de nicho? Certos autores destacam o fato de que os produtores vêm, na adesão a selos de qualidade já existentes, ou na criação de novos selos de qualidade, mais uma estratégia de *marketing* para criar nichos de mercado ou para evitar o questionamento de sua reputação ameaçada por *lobbys* (POTOSKI; PRAKASH, 2005; JAFFE; HENSON, 2004), do que um meio de fazer progredir a sustentabilidade e, até mesmo, a justiça social. Qual é a situação dos selos de qualidade quando se trata dos produtos de agricultura orgânica?

São os consumidores que ratificam as normas com suas preferências por produtos, com a entrada ou a saída de um mercado segmentado, constituindo, de certa maneira, uma manifestação política da escolha efetuada ou por defecção ou por continuidade na condição de demandante (HIRSCHMANN, 1970). As Ciências Sociais salientam a importância da escolha dos consumidores³ e o fato de suas escolhas não serem apenas a expressão da procura pela utilidade, mas também um meio de se expressar sobre a questão da sustentabilidade, ou ainda, sobre o respeito dos direitos do trabalho. Assim, os selos de qualidade atribuídos a produtos alimentares, que se desenvolveram bastante para os produtos orgânicos, faria parte deste conjunto de abordagens que fornecem aos consumidores informações úteis a respeito do impacto sobre o meio ambiente dos produtos e seus métodos de produção, a fim de atenuar o problema de informação assimétrica, e que permitiria *in fine* o incentivo de modos de

³ Ver, dentre outros, Chessel, Emmanuelle, Cochoy, Frank (2004); Micheletti, Michèle (2004); Dubuisson-Quellier, Sophie (2009).

produção e de consumo que, cada vez mais, levam em conta a dimensão ambiental. Certos economistas (entre outros COSTA et al., 2011) vêm, nessa abordagem informacional, uma maneira de alcançar um comportamento “politicamente correto” perante o meio ambiente; e uma ajuda para a implementação dos selos de qualidade e seu funcionamento, no que diz respeito principalmente à independência dos *experts*, seria uma via eficaz de acesso à sustentabilidade. Há transparência no processo de certificação? Os consumidores têm um real conhecimento do processo de certificação ou agem segundo uma percepção que é mais próxima da crença do que do conhecimento? Os consumidores têm meios de se orientar diante de uma profusão de selos de qualidade⁴? Teriam, todos os consumidores, meios de adquirir produtos conhecidos por seu preço elevado?

A aprovação dos produtos que obedecem às especificações não é mais assegurada por agentes do Estado, mas por organismos privados que não pertencem, necessariamente, ao espaço nacional, que podem, eventualmente, beneficiar de sua legitimidade, mas que são, de qualquer maneira, submetidos à lei do mercado. A percepção da certificação do selo de qualidade pelos consumidores, produtores e organismos de controle e seu custo são elementos-chave; as escolhas políticas são também escolhas micro-econômicas. Uma abordagem mais sistemática deveria, portanto, levar em conta o conjunto dos agentes envolvidos, ou seja, os consumidores, certificadores, operadores, e todas as instituições ou agentes que têm papel performativo, sabendo que as estratégias de uns têm repercussões sobre as dos outros.

No contexto deste texto, abordaremos apenas o espaço dos organismos de controle e de certificação e suas diferentes estratégias. Para isso, entrevistamos agentes de órgãos de controle e de certificação (auditores, diretores, responsáveis pela certificação), tendo a preocupação de abranger o espaço da certificação na França. Enquanto a recepção dos representantes associativos possibilitou várias entrevistas de longa duração e, até, convites para reuniões e possibilidade de observações, à medida que fomos nos aproximando do polo comercial, as entrevistas foram se tornando mais formais e mais curtas. As pessoas contatadas, quando aceitavam dar entrevista, limitavam-se, na maioria das vezes, a reproduzir argumentos já presentes em documentos oficiais e mostravam-se muito reticentes em se expressar sobre suas

⁴ A multiplicidade de padrões voluntários e a confusão que isso pode provocar entre os consumidores são igualmente notadas por Fouilleux (2010).

práticas, o que nos levou, nessa etapa, a trabalhar em grande parte a partir de dados secundários (*sites de internet*, artigos da imprensa, *blogs*, etc.). Tentamos também compreender a inserção desses certificadores fora da França. Entrevistas com o fundador e o diretor da Ecocert do Brasil, assim como com o diretor da Certysis, órgão certificador belga, nos permitiu ter uma amostra do espaço internacional. Além disso, foram entrevistados produtores e operadores que se prevalecem da certificação, além de consumidores e agrônomos que contribuíram para sua institucionalização.

Atualmente, na França, uma dezena de organismos privados divide, entre si, o mercado da certificação dos produtos da agricultura orgânica. Essas empresas se diferenciam pelo tamanho, pelo sistema de legitimação, pelos valores (engajamento em relação à sustentabilidade e o comércio equitativo), pelas práticas econômicas, pela antiguidade no mercado, pela maneira de conceber sua “independência” em relação aos consumidores, produtores ou intermediários, enfim, pelo tipo de clientes que elas buscam (produtores mais ou menos próximos do polo militante, intermediários) e pela relação com o mercado internacional. Para entender a estrutura atual do campo de certificação desses produtos e das práticas a eles associadas, é preciso retornar à história do crescimento da produção orgânica e da constituição deste campo de certificação.

Dos movimentos associativos à certificação oficial

Desde o fim dos anos 1950, os efeitos nocivos da agricultura convencional, sobretudo resultantes do uso maciço de fertilizantes, provocaram reações de múltiplos agentes, o que não se resumem à dupla produtor/consumidor (BARTLEY, 2007). Assim, médicos nutricionistas, agrônomos, engenheiros, professores de escolas de agricultura tiveram um papel importante ao lado de um pequeno número de consumidores e agricultores chamados, então, *agro-biologistas*⁵. Associações e empresas de diversos estatutos foram criadas para estimular uma produção mais saudável⁶. Em 1952 foi criada, na Alsacia, a associação francesa pela alimentação

⁵ O termo utilizado para se referir aos agricultores tem a ver com a importância da mobilização dos químicos em torno da agricultura convencional naquela época na França e o termo para se referir a agricultura orgânica é *agriculture biologique*.

⁶ Para a análise da história da ascensão da produção da agricultura orgânica, ver Périou (2002); Viel (1979); Cadiou et al. (1978); Le Pape et al. (1975); Besson, 2007.

natural, com o auxílio do Doutor Bas, médico nutricionista, reunindo antropósofos e especialistas em nutrição. A Associação se inspirou na biodinâmica, um movimento constituído nos anos 1930 e inspirado pelo filósofo austríaco Rudolph Steiner. A biodinâmica desenvolveu-se, sobretudo, na Alemanha Ocidental e na Suíça, onde foi criado a marca DEMETER. Sete anos depois, nasceu o agrupamento de agricultura orgânica ocidental, relacionado com o *Soil Association*, movimento de origem britânica, criado em 1946, ao qual se associa, em 1960, o engenheiro especialista em horticultura Jean Boucher. Em 1963, ele se associa a Raoul Lemaire, biólogo geneticista, e cria a primeira empresa a investir na agricultura orgânica, sob a marca “Produção pelo método Lemaire Boucher”. A companhia tem, no início do processo, o monopólio do fertilizante orgânico e, no final do processo, o monopólio da venda dos cereais para os produtores com os quais ela tem contrato e alcança um grande sucesso. Essa empresa, que era afiliada a maioria dos produtores de agricultura orgânica da época, participou de controles de qualidade, pelo intermédio de seus técnicos comerciais, em produtos fertilizantes, um procedimento que suscitou fortes críticas. Por enfatizar fortemente a dominação exercida pelo sistema integrado da agricultura convencional, um número significativo de membros se opôs ao aspecto comercial da companhia Lemaire e fundou a *Nature et Progrès*, em 1964.

Essa associação foi criada segundo as regras prescritas na lei de 1901⁷, que militava para desenvolver redes de produção livres de poluição química, estruturadas em pequenos circuitos. Portanto, preocupou-se rapidamente com a garantia de seus produtos. Em 1986, a *Nature et Progrès* se destaca das diferentes marcas coletivas da época (principalmente BioBourgogne, criada em 1981, que funciona, como seu nome o indica, numa base regional, com um estatuto que se refere à agricultura, pecuária e viticultura: *DEMETER. Simples* se refere principalmente às plantas medicinais) graças à homologação, pelos poderes públicos, de seu conjunto de especificações no que diz respeito à produção orgânica. Nesse sentido, a *Nature et Progrès* implementa um sistema de controle que pretende ser independente dos interesses comerciais, graças ao intermédio de comitês mistos de aprovação e de controle (COMAC). Os dossiês dos produtores são representados por um fiscal (agrônomo voluntário afiliado), diante de consumidores e de produtores representados em proporções iguais. No entanto, esse sistema de controle, que depois foi adotado por marcas coletivas (como Biofranc,

⁷ Associação sem fins lucrativos.

Simple e BioBourgogne), encontrou dificuldades, ao gerar, em algumas regiões, conflitos entre pessoas ou conflitos de interesse, a ponto de chegarem a ser freqüentemente vistas, segundo um participante da associação, como “tribunais populares”. Dessa associação, que agrupava, entre outros, um certo número de engenheiros agrônomos⁸ e professores de escolas de agricultura que tinham uma atividade militante, nasceu a Associação dos Conselheiros em Agricultura Orgânica (A.C.A.B.), no ano de 1978. Seus membros almejavam suprir a falta de referência técnica e de acompanhamento dos agricultores orgânicos pelas câmaras de agricultura⁹, e reivindicavam a independência em relação aos circuitos comerciais.

A associação era constituída por dois tipos de membros; os que faziam consultoria e os que realizavam as inspeções, reconhecidos como “independentes”. Segundo um deles: “Seguíamos cursos internos no quadro dessa associação para sermos habilitados e reconhecidos como inspetores.” (Ex-membro da ACAB, atualmente diretor de uma certificadora). Os inspetores estão na origem de uma aproximação com os poderes públicos na época da criação, em 1983, da comissão nacional de homologação do conjunto de especificações da agricultura orgânica (CNHAB) que culmina na criação da Ecocert, em 1991. Graças ao reconhecimento progressivo da agricultura orgânica pelos poderes públicos¹⁰, a Ecocert se tornou o primeiro organismo certificador de produtos orgânicos a ser beneficiado pela legitimidade do Estado. A Ecocert foi seguida por outros organismos certificadores que foram criados em base associativa, visando a certificação dos produtos alimentares de qualidade convencional, e que estenderam suas competências aos produtos da agricultura orgânica. Além disso, em função da transformação morfológica do mercado dos produtos orgânicos, o mercado foi invadido por multinacionais da certificação, cujas atividades principais não

⁸ Principalmente Claude Aubert, engenheiro diplomado pelo Instituto Nantional de Agronomia (INA), em 1959, pesquisador da Société d'Études pour le Développement Économique et Social (SEDES), participou do desenvolvimento agrícola no Oeste da África na Tunísia. Foi secretário de *Nature & Progrès* e redator chefe de sua revista. Publicou vários livros sobre a agricultura orgânica. Blaise Hommelen, engenheiro agrônomo belga, trabalhou como voluntário no desenvolvimento rural em Burkina Faso e, depois, se envolveu no movimento associativo na França. Atualmente, é Diretor de Certysis, órgão de controle belga.

⁹ Órgão público radicado em cada unidade administrativa que pretende representar os interesses do mundo agrícola. O recrutamento de seus dirigentes é feito mediante eleições em bases das organizações profissionais do setor agrícola.

¹⁰ Benoit Leroux analisa em termo de campo essa dupla tendência inerente ao crescimento da agricultura orgânica que, longe de se resumir à não utilização de produtos químicos, pretende ser uma crítica anti-industrial e anti-capitalista e é permeada por uma aspiração ao enquadramento pelos poderes públicos e por formas de organização econômica, em harmonia com o capitalismo (LEROUX, 2011).

se restringem nem aos produtos alimentares, nem aos produtos que são inofensivos ao meio ambiente.

“Independência” dos *experts* e nova forma de legitimidade: a certificação por terceiros e o reconhecimento oficial

O estabelecimento da norma europeia 45011 (norma que atribui sinais de qualidade oficiais tais como o “*label rouge*”¹¹, e das apelações de origem controlada - AOC) impôs a separação do controle e do conselho, modificando, assim, a estrutura do mercado dos organismos certificadores. Entre os 80 organismos certificadores que existiam, na época, para o controle dos produtos alimentares, apenas 23 foram aprovados pelo Comitê Francês de Aprovação (COFRAC) (ver quadro). No que diz respeito à produção de agricultura orgânica, a certificação pelo COMAC, mencionada anteriormente, a mais legítima existente até então, se viu desclassificada pela certificação de terceiros, ou seja, por profissionais de certificação que pertencem a empresas privadas legitimadas pelo COFRAC, e das quais se espera a separação do trabalho de controle do conselho, duas funções que se encontram juntas na empresa e na associação *Nature&Progrès*. A ECOCERT foi aprovada pelo COFRAC segundo a norma 45011 e se tornou o organismo certificador dos produtos orgânicos mais poderosos da França, e um dos mais importantes no mercado mundial, gozando ao mesmo tempo da legitimidade oficial e de um passado militante.

Comitê Francês de Aprovação (COFRAC)

Associação sem fim lucrativo, criada em 1994, a COFRAC é reconhecida como sendo instância nacional de aprovação segundo a lei EN 45011, o que lhe confere “competência”, “independência” e “imparcialidade”. Seu comitê de administração contém órgãos certificadores, agrupamentos profissionais, estruturas e representação dos compradores, agrupamento de interesse público (Estado, agências de Estado, institutos nacionais, associações de consumidores, de usuários ou de proteção do meio ambiente, assegurando a defesa dos interesses coletivos). Nesse estágio da pesquisa, não nos foi possível conhecer o perfil sociológico dos membros do comitê, posto que o

¹¹ Selo oficial de qualidade francês, que foi criado em 1960 no momento da industrialização para distinguir uma qualidade superior.

contato com a COFRAC revelou-se infrutífero. Mas a maneira como as vantagens da aprovação são apresentadas na *internet* revela a importância do impacto comercial dos selos de qualidade. As diferentes vantagens proporcionadas pela aprovação do selo são enunciadas de tal maneira que o interesse, em matéria de saúde e de segurança, é citado depois do da valorização econômica da empresa: “para ser referência na grande distribuição, se tornar empresa prestadora de serviços terceirizados na indústria, participar de projetos internacionais de inovação ou de pesquisa, para poder implantar-se num novo mercado”, e enfim, “poder responder às exigências do público no que se refere à saúde e segurança”. Percebemos, também, que a noção de marca, associada tradicionalmente à economia privada, é igualmente utilizada na esfera oficial. Assim, no número de junho de 2010, *La Lettre COFRAC*, revista eletrônica mensal desta instituição, intitula da seguinte forma um artigo de Daniel Pierre, diretor da publicação: “A marca COFRAC em questão”.

Fonte: Dados da pesquisa

ECOCERT: da militância às estratégias de uma multinacional

Criado pela Associação dos Conselheiros em Agricultura Orgânica (ACAB), movimento europeu do qual a França era o líder nos anos 70, a ECOCERT beneficiou-se de uma grande credibilidade junto aos operadores e os consumidores desse tipo de agricultura, visto o seu passado de militância na França e na Europa. A aprovação do COFRAC lhe permitiu, entre outras coisas, beneficiar-se da adesão de numerosos adeptos do *Nature&Progrès*, interessados nessa legitimação dos poderes públicos. A Ecocert agrupa, atualmente, o maior número de operadores de produtos orgânicos na França – segundo suas informações, a Ecocert certifica, atualmente, 65% dos produtores e 60% dos transformadores em agricultura orgânica – e acontece, com frequência, que consumidores, e até produtores, confundam a marca do certificador Ecocert, com o selo de qualidade de agricultura orgânica (AB).

Apesar de ter optado rapidamente por um estatuto jurídico de sociedade anônima e por outras práticas, no plano econômico, que se aproximam mais de uma realidade instrumental, principalmente por sua expansão em nível internacional, a Ecocert ainda afirma seu compromisso com a sustentabilidade. Em seu *site* de *internet*, está

mencionado “[...] que os 250 trabalhadores franceses têm, em comum, a vontade de trabalhar pela preservação do meio ambiente e é isso que faz a força e a legitimidade da Ecocert.” (ECOCERT, 2012). O *site* se refere à “*missão histórica*” da Ecocert, a qual consiste em verificar **in loco** (grifado no texto) a conformidade das explorações agrícolas e das indústrias agro-alimentares às regras da agricultura orgânica. O *site* menciona também “[...] a continuidade de seu compromisso com a agricultura orgânica, e o fato de **que a Ecocert tenha, então, se especializado, desde sua criação, na certificação dos produtos vindos da agricultura orgânica [...]**.” (ECOCERT, 2012, grifado no texto do *site*). A fotografia da sede da Ecocert, construção que respeita a sustentabilidade, é reproduzida na primeira página do seu *site de internet* da sede da França e também de sua filial do Canadá.

Outras práticas da empresa, em contrapartida, parecem se distanciar do espírito militante e associativo que predominava quando a Ecocert foi criada. Aproveitando ao máximo o cosmopolitismo da A.C.A.B., da qual ela se origina, a Ecocert tornou-se rapidamente uma empresa internacional, recrutando, entre seus membros, ex-associados de países europeus (portugueses, belgas, italianos e alemães). A empresa estendeu seu raio de ação em diferentes continentes e está, atualmente, presente em 80 países, certificando, segundo suas informações, 30% da produção orgânica mundial. Podemos mencionar, entre outras, a instalação da Ecocert no Brasil no ano de 2000, a pedido de uma cooperativa de produtores de aves bretões interessados na soja orgânica. O organismo funcionou sem fins lucrativos durante dez anos, única forma jurídica aceita, na época, pela legislação brasileira. Graças à nova legislação, tornou-se uma sociedade anônima e foi aprovada pelos poderes públicos.

A Ecocert Brasil exibe em seu *site de internet* sua capacidade para certificar os produtos no mercado internacional, contando com profissionais formados pela Ecocert SA (França), e sublinha que a qualidade de seu trabalho é garantida pelas auditorias da Ecocert Francesa e, portanto, do COFRAC. Seu atual diretor, formado em direito e administração, constatou a existência de uma pequena taxa de lucro da atividade sem, no entanto - como fazem organismos associativos -, ver nesse fato o resultado de uma política de empresa que busca ser mais acessível para os pequenos produtores. Concorre com o IBD e com a ECOVIDA, dois organismos certificadores fundados no sistema de garantia participativa e aprovados pelo Estado, cujo alcance não ultrapassa o nível nacional e com o OIA, um organismo certificador argentino e o BCS, um organismo

certificador norte americano que, até 2011, não havia recebido a aprovação do Estado brasileiro. A Ecocert Brasil teve um crescimento significativo, visto sua ampla implantação internacional e seu reconhecimento, na Europa e nos países do Norte, principal destinação das exportações. Em seu *site* de *internet*, lemos que o custo total do projeto de certificação é calculado em função dos dias de trabalho, incluindo todos os custos operacionais. Não estão incluídas nos custos, as análises de laboratório, o transporte e a moradia dos auditores, o que, em um país tão vasto como o Brasil, não é negligenciável. Em 2011, a Ecocert contava com 3200 produtores em todo o país, distribuídos em vários Estados da federação. Entre eles, pequenos produtores que só podem assumir os custos da certificação se associando a uma cooperativa¹².

A Ecocert também estendeu o leque de suas atividades aos produtos cosméticos e têxteis, o que lhe permitiu aumentar a gama de referenciais, levando em conta os custos e as margens da certificação dos produtos cosméticos, ao mesmo tempo em que guarda sua especificidade de certificador de produto orgânico.

Enquanto outros organismos de certificação – é o caso de Certysis – que beneficiam de uma aprovação oficial, como a Ecocert, deram um caráter associativo a essa dimensão internacional ao integrar a rede internacional Certibionet¹³, a Ecocert é constituída e age segundo a lógica de uma empresa multinacional, preocupada com seu lucro, que cobra *royalties* pela utilização de sua logomarca. Segundo um de seus membros, essa prática levou certos parceiros históricos da A.C.A.B. da Espanha, de Portugal e da Bélgica, a se retirarem da sociedade para criar outras companhias, tais como, a Sohicert, a Certiplanet e a Certysis. Concorrentes das atuais sucursais da Ecocert nesses países, elas se declaram claramente “[...] a favor de uma transparência de funcionamento e da afirmação de uma gestão que se afaste dos negócios.” (Dados da Pesquisa). O diretor de Certysis contrapõe as práticas da Ecocert às do organismo certificador que ele dirige e que faz parte da rede associativa Certibionet:

Chegamos com nosso trabalho... é realmente uma rede de solidariedade. Constatamos que, agora, há um conjunto de certificadores em grandes empresas, do tipo da multinacional SGS que se apresenta como líder mundial da certificação abrangendo

¹² Marcelo Carneiro (2007) mostra que a mesma coisa acontece com a certificação das madeiras.

¹³ Certisys, um órgão de controle e de certificação belga, aprovado pela BELAC e pela região wallone, que exibiu um volume de negócios de 900 milhões em 2009; é associado a Certibionet, uma rede associativa internacional de controle e de certificação de produtos agrícolas sem fins lucrativos com sede em Bruxelas que reúne Argencert (Argentina) Biolatina, Biotropico, Certiplanet, Certisys e IBD (Brasil).

vários campos de atividade econômica; Bureau Veritas, com a qualidade França em nível mundial. Somos um pequeno organismo, fazemos transações com Portugal. Nosso objetivo não é o de criar um escritório Certysis em Portugal, mas o de transmitir o espírito Certibionet, de conseguir iniciar o negócio e, depois, fazer parte da Certibionet. É um conceito diferente que, como nós, ainda não se impôs e que não será o número um no mundo o que, por sinal, não é seu objetivo. (Diretor de Certysis).

Quanto ao que se refere à formação dos preços, encontramos a mesma lógica. Os preços da Ecocert são calculados em função dos custos ocasionados pela certificação, sem grande preocupação com as dificuldades que os pequenos produtores podem enfrentar – ou seja, são indiferentes à questão, tão cara às instituições mais militantes, sobre o compartilhamento dos preços – nem com o fato de que o custo da certificação é mais oneroso no caso de produtos heterogêneos. Essas práticas se diferenciam – sobretudo as declaradas por Certysis – das que tendem a fixar o preço em função de uma política favorável à certificação do conjunto dos produtos, aproximando-se, assim, de uma lógica de política pública. Cobrando a certificação de produções homogêneas proporcionais à quantidade produzida, essa empresa pode, de fato, diminuir o preço das produções heterogêneas, cujo preço de custo dos controles é muito elevado, o que permite ampliar o campo da certificação sem deixar de levar em conta os preços de custo, como faz toda empresa no mercado.

Enfim, embora declare sua neutralidade em relação às estruturas comerciais (em seu *site* da *internet* a Ecocert declara “Sociedade privada, independente de toda estrutura comercial ou sindical”), a Ecocert recomenda a seus clientes comerciais que utilizem fertilizantes, certificados por ele, para evitar ser censurado durante a certificação de sua produção, uma prática que lembra, numa certa medida, os métodos utilizados por Lemaire-Boucher. Na entrada de sua sede social na Ilha Jourdain, a Ecocert expõe o prêmio que lhe foi concedido pela Câmara do Comércio de Toulouse, valorizando seu dinamismo comercial: é uma prova das práticas econômicas que se distinguem das da *Nature&Progrès*, que é muito crítica em relação aos “negócios”, mas, igualmente, das dos organismos certificadores associativos implementados para a garantia da agricultura convencional, que denunciam os certificadores “mercadores” que, segundo eles, estão sempre em busca de uma baixa dos custos da certificação e se preocupam com a rentabilidade.

Outros novatos deste domínio: agrupamentos associativos, proximidade e pedagogia

Até o século passado, a Ecocert tinha, na França, apenas um pequeno número de concorrentes aprovados pelo COFRAC, dos quais, o mais importante era Qualité France. Aprovado para a certificação dos *labelrouge* e pelas normas do tipo Global Gap¹⁴, situado no Noroeste do país, o Qualité France constituiu uma clientela em nível nacional, principalmente dentro da grande distribuição. Essa companhia foi adquirida pelo Bureau Veritas em 2002. Da mesma forma que a Qualité France, a maioria dos organismos certificadores que foram criados sob uma forma associativa para responder às necessidades de uma rede ou de uma região, não sobreviveu e foi absorvida por certificadores mais importantes. Aqueles que ainda estão no mercado, possuem influência apenas regional.

Enquanto os grandes organismos certificadores são os preferidos pelos produtores e, sobretudo, pelos intermediários, por serem conhecidos em nível internacional, e são equipados para responder, principalmente, às exigências dos Estados-Unidos e do Japão, os pequenos organismos certificadores são valorizados por causa de sua proximidade. Quando interrogados durante a pesquisa sobre sua escolha de certificador, os produtores estavam convencidos do fato de que os agentes dessas estruturas eram mais capazes de entender as especificidades locais. Tal é o caso dessa viticultora que antes era certificada pela Ecocert e agora é certificada por Ulase:

De agora em diante é Ulase que faz a inspeção do nosso negócio. A gente ficou meio chateada com a Ecocert por causa da história da flavina dourada e a etiqueta de nossas garrafas. Daí, procurei a Ulase que se localiza em Loriol-sur-Drôme (pequena cidade vizinha). Na época, era um pequeno organismo de certificação que foi criado para os “labelrouge e certificações do tipo gobalGap e IFS e está funcionando bem. (Viticultora da região sudeste que utilizava os serviços da Ecocert e agora utiliza os serviço de uma certificadora de vizinha).

Viticultores e agricultores certificados mencionaram também, durante as entrevistas, a importância da relação que o auditor estabelece com eles, tendo uma

¹⁴ Global Gap: certificação de qualidade levando em conta o estabelecimento no seu conjunto, levando em conta os aspectos das normas sanitárias, referente à conservação do meio ambiente e ao direitos dos trabalhadores muito frequente na grande distribuição. Para uma análise desta norma, ver: Bonnaud e Bernard - Du mode d’existence des normes privées: Global Gap ou le déploiement d’un Mille feuille normatif en agriculture. (no prelo)

atitude mais “pedagógica” do que repressiva, como nos casos de inspeção veterinária; isso, antes do surgimento das crises estudadas por Laure Bonnaud e Jérôme Coppalle (BONNAUD; COPPALLE, 2008). A clientela da Agrocet, criada em 1997 em Marmande, aprovada em 1999 para os produtos orgânicos, vem exclusivamente do Sudoeste. O raio de ação da Certis, criada em 1993 para a certificação da *labelrouge* e que se tornou empresa acionista em 2010, se restringe à Bretanha. A Qualisud está implantada no Sudoeste da França. Apenas a Certipaq, aprovado pelo COFRAC e aprovada, em 2000, para os produtos AB (agricultura orgânica) está mais presente no território nacional, e apresenta uma das maiores variedades de selos de qualidade autorizados da França¹⁵. Entrevistas com os dirigentes de organismos certificadores associativos abordam o estilo desses organismos: “*os artesões da certificação*”, ressaltando os laços de proximidade. No caso da Certipaq, esse cuidado procura ser assegurado pela distribuição de diferentes escritórios no território nacional, enquanto a sede parisiense permanece bem modesta. Os comitês de certificação acontecem nas regiões, são as comissões territoriais. Portanto, o comitê de certificação exercido na sede parisiense apenas valida as decisões e analisa os problemas de uma maneira transversal.

Os organismos certificadores associativos contrapõem suas práticas (o controle e a certificação vividos de uma maneira positiva, visando ajudar a inspirar confiança e preocupados com a compreensão dos afiliados, opondo seus padrões) à dos “mercadores”, para quem a porcentagem de rentabilidade revela-se mais importante: “Os mercadores vendem a certificação, nós oferecemos serviços e contraprestações para nossos membros filiados. Os mercadores procuram ser os mais rápidos, os menos caros; não têm a mesma finalidade.” (Membro de uma certificadora associativa). A diferença de qualidade do pessoal envolvido, principalmente dos auditores, é também evocada pelos responsáveis da certificação participativa: “O recrutamento de certificadores não é feito da mesma maneira; apesar das fusões, há pouca renovação de empregados e os assalariados são fieis a seus contratos. Os auditores têm seus trabalhos valorizados... um profissional (do associativo) detecta algumas coisas [...]” (Presidente de uma certificadora associativa). Durante nossa pesquisa, pudemos constatar que a renovação dos auditores dos organismos certificadores mais próximos ao polo

¹⁵ A Certipaq certifica por volta de 260 conjuntos de especificações. Integrou-se ao Qualinion e, recentemente, com o Qualiquest.

comercial era mencionada pelos produtores. Quando eu pedi para assistir à auditoria de um organismo certificador, para um operador a quem eu transmitia confiança, ele me respondeu: “[...] não há nada para ver, eles vêm de improviso, isso muda todo o tempo” (Dados da Pesquisa).

As transformações ocorridas no consumo dos produtos de agricultura orgânica modificam em parte a estrutura do mercado e as práticas aferentes. O aumento vertiginoso da demanda de produção orgânica, ocorrida nos anos 1990, provocou o surgimento de novatos no mercado dos certificadores, cuja atividade se concentrava tradicionalmente em outros setores, tais como o da construção, da indústria, da gestão de riscos, dos serviços e da administração. Dentre os novatos, dois organismos são multinacionais, os quais viram, no mercado de produtos orgânicos em plena expansão, uma oportunidade de crescimento do volume de negócios ou de ampliar suas atividades em diálogo com a sustentabilidade, numa lógica mais adequada aos interesses mercantis.

De um nicho de mercado a um mercado de envergadura: outras estruturas, outras práticas

O mercado dos produtos orgânicos, nicho de mercado mais estruturado por redes e por lojas especializadas (*La vie claire, Naturalia, Biocoop, etc.*), diversificou-se do ponto de vista territorial (internacionalização) e do ponto de vista a partir do modo de distribuição. No final dos anos 1990, mais de 35% dos produtos orgânicos eram distribuídos por grandes distribuidores (SYLVANDER, 2000), uma porcentagem que atinge por volta de 45% em 2009 (AGENCE BIO, 2010): crescimento espetacular, interessando até as grandes empresas agro-alimentares (BAQUÉ, 2011) e multinacionais do mercado de certificação de produtos orgânicos atraídos por um lucro seguro. Os organismos certificadores dos produtos orgânicos se concentravam em especificações orgânicas ou, então, possuíam um conjunto de especificações de produtos orgânicos no leque de suas especificações que concernem os produtos alimentares.

Em 2002, a Bureau Veritas, multinacional reconhecida no mercado de serviços e, sobretudo, no da construção, comprou a *Qualité France*, que é o segundo certificador de produtos orgânicos na França, ficando atrás somente da Ecocert. Em 2008, a Bureau

Veritas adquiriu a Ulase, organismo certificador criado em 2002, especializado na certificação agrícola e agroalimentar (*labelrouge*, global Gap, IFS), altamente engajado nos produtos orgânicos, que desenvolveu auditorias específicas para vários grandes distribuidores franceses (Carrefour, Casino, Monoprix, Sistema U). Em 2012, a *Controle Union Certification*, uma multinacional holandesa especialista em certificação de produtos alimentares, mas também do controle técnico da construção, da higiene nos canteiros de obra e locais de trabalho, do diagnóstico imobiliário, do meio ambiente, da madeira, dos produtos têxteis, contando com 2000 colaboradores distribuídos por 30 países, foi aprovada pelo COFRAC. No mesmo ano, a Bureau Alpes Controles, pequena estrutura regional especializada na construção e na certificação de produtos agrícolas, também foi legitimada pelo Estado para certificar os produtos da agricultura orgânica. Se ainda é cedo para medir os efeitos, certamente desiguais, do ingresso desses dois certificadores¹⁶ no mercado francês, o do Bureau Veritas, que se deu há uns dez anos, foi fortemente sentido por seus concorrentes¹⁷. Essa nova composição da oferta não deixou de causar impacto na concepção da competência em matéria de *expertise* e do que poderíamos chamar de “cultura de empresa”.

Em seu *site* da *internet*, o Bureau Veritas exhibe um volume de negócios de 2,56 bilhões de Euros e o valor de suas ações; uma apresentação bem diferente do compromisso com a sustentabilidade e com o comércio equitativo tal como podemos observar em seus *sites* da *internet* e durante as entrevistas com empregados de grande parte dos certificadores concorrentes. A Qualité France, que se tornou Bureau Veritas, define a certificação dos produtos da agricultura orgânica como “[...] uma maneira de aumentar o valor de sua produção, um sinal de qualidade que permite aos operadores destacarem sua produção.” (Entrevista com responsável de qualidade). A preocupação em desenvolver um mercado de produtos que contribua à sustentabilidade deu lugar a uma concepção que valoriza principalmente a rentabilidade. A Qualité France tem seu setor comercial. Seus “encarregados dos negócios” fazem o acompanhamento dos

¹⁶ A história do *Controle Union Certification*, a localização de sua sede na França, assim como a apresentação de seu *site* de *internet* levam a supor que a empresa visa o mercado de cereais. É, de fato, com o comércio de grãos que a empresa se firmou a partir de 1920 e é em Rouen, porto de embarcação de produtos cereais, que se situa uma das sedes da empresa na França, sendo que a outra se localiza no Havre.

¹⁷ A firma SGS, teve sua aprovação retirada pelo COFRAC em 2011 para esse tipo de produto. Este considerou que o número de especificações da SGS em relação aos produtos alimentares e, por isso mesmo, mais ainda em relação aos produtos orgânicos, eram pouco numerosos para que o organismo certificador tivesse reais competências para isso.

clientes, especialmente dos “mais importantes”. Enquanto a clientela da Ecocert é constituída majoritariamente de produtores, os clientes de Qualité France são majoritariamente operadores. O responsável dos mercados de Qualité France vê assim sua independência: “Trata-se mais de uma lógica global, o setor dos produtos orgânicos pode se tornar rapidamente passional, é preciso levar em conta as circunstâncias... O fato de certificar construções é uma vantagem. Isso contribui muito para a nossa independência.” As competências requisitadas apresentadas para contratar um fiscal são, antes de tudo, qualidades sociais: “[...] sem processos na justiça, confidencialidade, sem conflitos de interesses.” (Dados da Pesquisa), em vez de técnicas. Essa definição difere da de Certysis, para a qual a “[...] a independência é constituída... de proibições, mas também de um funcionamento positivo [...]” (Dados da pesquisa), ou ainda a de Certipaq, que sublinha a função pedagógica dos auditores.

Diante dos novatos, os organismos certificadores já existentes no mercado, são obrigados a ajustar suas estratégias. Desde 1999, o artigo do *L’Echo des MIN* publicado em abril daquele ano, divulgou da seguinte forma os remanejamentos que a Ecocert foi obrigada a fazer diante da escalada da concorrência: “*Certificação: Ecocert muda tudo!*”. O artigo relata que “Vítima do sucesso da produção orgânica e de seu próprio sucesso, mas também preocupada com a escalada da concorrência, empenhada em se adaptar à evolução do mercado e às exigências dos fregueses, a Ecocert deve assumir um crescimento rápido e uma evolução dos serviços propostos.” (Dados da pesquisa). Daí as mudanças estratégicas propostas pelo diretor de Ecocert, William Vidal:

Nós temos de nos adaptar, botar tudo a baixo, quebrar tudo no sentido próprio e no figurado também... Decidimos, primeiramente, rever nossos procedimentos de controle integrando uma abordagem de gestão de risco. O que significa que praticaremos métodos de controles diferentes para os operadores de acordo com o risco ligado a cada situação. O que permitirá faturar em consequência disso [...] (Dados da pesquisa).

Quanto aos organismos certificadores associativos, eles denunciam, atualmente, os certificadores “mercadores” que fazem propostas, cujo impacto derruba os pequenos negócios, e que atenuam os planos de controle para ganhar os mercados:

Os planos de controle evoluem durante as instruções técnicas, exigências que não existiam. Os profissionais pedem uma flexibilidade de controle. Se não estão satisfeitos, fazem licitações. E

há o oportunismo, agora está na moda: com a crise, é preciso encontrar novas margens... Até que ponto, por razões econômicas, pode-se ser eficaz e ter credibilidade? (Dados da pesquisa).

Percebemos claramente, aqui, que a distinção que Hatanaka e Busch (2008) estabelecem entre uma independência operacional da certificação (prática de auditorias) e uma independência organizacional (estrutura e regras das auditorias), não é tão clara, e que a razão mercantil corre o risco de questionar a alegada independência.

Nature&Progrès: Um competidor diante da “convencionalização” da agricultura orgânica

Se os certificadores aprovados pelo COFRAC dominam amplamente o mercado, Nature & Progrès não desapareceu como marca coletiva suscetível de trazer mais-valia, mas também enquanto sistema de controle alternativo ao sistema oficial, aproveitando para contestar uma produção orgânica dominada por interesses comerciais¹⁸. Como outras marcas coletivas, dentre elas a DEMETER, a Nature & Progrès apresenta especificações mais exigentes que o rótulo AB francês e mais ainda, do que o rótulo AB europeu, de tal maneira que um certo número de produtores preferem a referência do Nature & Progrès ao rótulo AB, ou fazem uso dos dois. Mas, enquanto a DEMETER aceita a certificação legitimada pela COFRAC, a Nature & Progrès denuncia o processo de certificação oficial “[...] que aumenta a burocracia, os custos de produção, especula em detrimento dos pequenos produtores e da biodiversidade, que encoraja as economias de escala e as monoculturas e é confidencial.” (Documentos oficiais da Nature & Progrès). A Nature & Progrès defende um sistema de controle “mais transparente” através de uma comissão composta de produtores e de consumidores locais:

O objetivo das pesquisas empreendidas pelas comissões mistas é o de acompanhar o produtor, ano após ano, em seu processo de melhoria de suas práticas. Não se trata de controlar apenas a atividade dos produtores e sim, mais precisamente, de estimular uma evolução contínua de suas condutas. (Documentos oficiais da Nature & Progrès).

¹⁸ Encontramos o mesmo tipo de certificação participativa em outros países, principalmente no Brasil com a ECOVIDA e nos Estados Unidos, com a Certified Naturally Grown.

A marca associativa tem uma revista que se engaja numa reflexão global sobre a mundialização, o comércio equitativo e a diminuição do crescimento. A revista destaca “[...] práticas de tarifação solidárias e cooperativizadas para não penalizarem a diversidade de produções e os pequenos produtores como também para garantir uma avaliação coletiva que vise a imparcialidade e o profissionalismo das decisões.” (Documentos oficiais de Nature & Progrès). O salão Marjolaine, um dos mais importantes salões de produtos orgânicos destinados aos consumidores na Europa, é uma oportunidade para que a Nature & Progrès (que está na origem dessa manifestação) sensibilize os consumidores sobre o sistema de garantia participativa ao expor cartazes explicativos e publicações especificamente para isso. A partir dos anos 2000, impulsionada por suas relações com a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) e dos certificadores como o ECOVIDA no Brasil e os debates inspirados no intermundialismo, a Nature & Progrès adotou o termo Sistema de Garantia Participativa ao do COMAC, inserindo-se num contexto de forte crítica ao agro-negócio. Entrevistas com afiliados e responsáveis da Nature & Progrès demonstram o crescente interesse por esta instituição em reação às especificações dos produtos orgânicos da lei europeia de 2009, considerada tolerante demais. Esses interlocutores rejeitam em bloco a definição e a certificação oficiais dos produtos orgânicos.

Os partidários da certificação associativa se queixam, sobretudo, da falta de formação dos auditores pertencentes aos organismos oficiais e um deles afirma:

O controle (oficial) é a mesma coisa, é nulo, seria fácil burlá-lo se assim quiséssemos. Eu faço parte da Nature & Progrès desde 1981. Na época, havia realmente confiança e relações humanas entre as pessoas. O lado associativo é muito mais eficaz que um controle bobo e cruel. (Pequeno Produtor, membro da Nature & Progrès há 30 anos, que também se utiliza da certificação por terceiro).

Quanto aos certificadores associativos, eles deploram a entrada desses novos certificadores que querem, a seu ver, reduzir os custos em detrimento da qualidade do controle e que não hesitam em praticar *dumping* para conquistar os mercados.

Conclusão

A análise dos diferentes organismos revela um vasto *continuum* de empresa que se caracteriza, num polo, por preocupações que ultrapassam o quadro estritamente técnico e que têm uma dimensão contestadora, indo da luta em favor da preservação do meio ambiente, ao questionamento do capitalismo; no outro polo, por uma dimensão mais técnica, mais preocupada com a rentabilidade econômica e mais internacional. As lutas para se impor no mercado não são apenas lutas pelo preço, mas também concepções do mundo que evoluem segundo os contextos históricos. O tamanho do mercado, assim como o dos operadores, ampliado, entre outros motivos, por políticas públicas favoráveis à sustentabilidade, através de subvenções atribuídas à conversão de empresas à produção orgânica e pelas crises de segurança sanitária, atrai cada vez mais indivíduos ou empresas que veem, nesta nova qualificação de produtos, uma maneira de ter lucro. Podemos observar, ao longo do tempo, um processo de concentração e de internacionalização, como também uma modificação da composição social dos agentes e dos valores que as empresas possuem, sobretudo da concepção de boa intermediação e boa *expertise*. Observamos assim, de um lado, empresas que obedecem às leis do mercado, mas considerando-as um mal necessário (afirmação do anti-comércio) e, do outro lado, organismos certificadores que são mais diretamente inspirados por uma racionalidade mais próxima do polo comercial e tendem a abranger uma parte crescente do mercado, obrigando os outros organismos a reconsiderar suas estratégias. Uma evolução homóloga à do campo da produção dos produtos da agricultura orgânica que, segundo as análises de Benoit Leroux (2011), tende a ser, cada vez mais, dominada por lógicas heteronômicas, ou seja, obedientes aos interesses mercantis e políticos.

***CASE STUDY OF 'SELF-REGULATED MARKET': VOLUNTARY
STANDARDS AND QUALITY OF PRODUCTS FROM ORGANIC FARMING***

ABSTRACT: *This article analyses the regulation of markets through volunteers standards, observing how the mercantile logic fits into the core of the relations it intends to regulate, from the space of certification of organic products. It constitutes an exemplification of the decline of the regulation by the state in favor of fixing quality standards by private entities which, frequently, exercise their activities beyond the national borders.*

KEYWORDS: *Economic. Regulation. Neoliberalism. Certified. Organic Products. Sociology of Markets.*

REFERÊNCIAS

- AGENCE BIO. **L'agriculture biologique en France**. 2010. Disponível em: <<http://www.agencebio.org/pageEdito.asp?IDPAGE=196&n1=6#>>. Acesso em: 07 jul. 2012.
- BAQUE, P. Florissante industrie: l'agriculture biologique. **Le monde diplomatique**, Paris, p.20-21, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2011/02/BAQUE/20129>>. Acesso em: 22 ago. 2011.
- BARTLEY, T. Institutionnal emergence in an Era of Globalization: the rise of transnational private regulation of labor and environmental conditions. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.113, n.2, p.297-351, 2007.
- BESSON, Y. **Histoire de l'AB**: les fondateurs, Rudolf Steiner, Sir Albert Howard, Hans Peter Rusch, Masanabu FuKuoka et Besson: l'origine culturelle de la crise écologique et la compréhension du monde des agriculteurs alternatifs contemporains, maio, Troyes. 2007. 389f. Thèse (Doctorat en en étude environnementales) - Unité Technologies, 2007.
- BONNAUD, L.; COPALLE, J. L'inspection vétérinaire face aux normes privées. **Sociologie du travail**, Paris, n.50, p.15-30, 2008.
- CADIOU, P. et al. **L'Agriculture biologique en France**: écologie ou mythologie. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1978.
- CARNEIRO, M. A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.22, n.3, p.681-713, set./dez. 2007.
- CHEssel, M.-E.; COCHOY, F. **Marché et politique**: autor de La consommation engagée. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2004.
- COSTA, S. et al. Quality promotion through eco-labeling: introduction to the special issue. **Journal of Agricultural and Food Industrial Organization**, Berlin, n.7, p.2, 2011.
- DJAMA, M. Gouverner par les normes: les dispositifs de de normalisation dans la régulation des marchés et des activités économiques. **Journées Scientifiques: Gouverner par les normes**, Montpellier, 2006. Disponível em: http://agents.cirad.fr/pjjimg/marcel.djama@cirad.fr/Communication_MD_journees_scientifiques_norme_Juin_2006.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- DUBUISSON-QUELLIER, S. **La consommation engagée**. Paris: Science Po-Presses, 2009.

ECOCERT. Disponível em : <<http://www.ecocert.fr/>>. Acesso em : 12 jul. 2012.

FOUILLEUX, E. **Les standards volontaires, instruments montants des politiques agricoles et alimentaires**: entre internationalisation et privatisation, les mondes agricoles en politique, Hervieu et Alli. Paris: Presses de Sciences, 2010.

HATANAKA, M.; BUSCH, L. Third-party certification in the global agrifood system: an objective or socially mediated governance mechanism. **Sociologia Ruralis**, Oxford, n.48, p.73-91, 2008.

HIRSCHMAN, A. **Exit, voice and loyalty**: responses to the decline in firms, organizations and states. Harvard: Harvard University Press, 1970.

JAFFE, S.; HENSON, S. Standards and agro-food exports from developing countries: rebalancing the debate. **World Bank Policy Research Working Paper**, [S.l.], n.3348, 2004. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=610392>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

LASCOUMES, P.; SERVERIN, E. Théories et pratiques de l'effectivité du droit. **Droit et société**, Paris, n.2, p.127-150, 1986.

LEROUX, B. **Les agriculteurs biologiques et l'alternative**: contribution à l'anthropologie politique d'un monde paysan en devenir. 2011. 408f. Thèse (Doctorat) - l'EHESS, Paris, 2011.

MICHELETTI, Michèle. Le consumérisme politique, une nouvelle forme de gouvernance transnationale. **Sciences de la société**, n.62, p.119-144, maio 2004.

PERIOU, S. **L'institutionnalisation de l'agriculture biologique (1980-2000)**. 2002. 467f. Tese (Doutorado) - Université de Rennes, Rennes, 2002.

POTOSKI, M.; PRAKASH, A. Green Clubs and Voluntary Governance: ISO 14001 and Firms' Regulatory Compliance. **American Journal of Policy Science**, Hoboken, v.49, n.02, p.235-248, apr. 2005.

SYLVANDER, B. Les tendances de la consommation de produits biologiques en France et en Europe: conséquences sur les perspectives d'évolution du secteur. In: ALLARD, G., DAVID, C. H. J. **L'agriculture biologique face à son développement, les enjeux futurs**. Paris: INRA, 2000. p.193-212.

VIEL, J.-M. **L'Agriculture biologique, une réponse?** Préface de René Dumont. Paris: Éditions Entente, 1979. (Collection Cahiers de l'écologie).